



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Diretoria Central de Cargos, Carreira e Remuneração

Memorando.SEPLAG/DCCCR-NORMAS-CONSULTAS.nº 80/2023

Belo Horizonte, 21 de junho de 2023.

Para: Kênnya Kreppel Dias Duarte

Subsecretária de Gestão de Pessoas

Assunto: Informações - Determinação 45 - Balanço Geral do Estado do exercício de 2020 (Processo 1101512)

Referência: Of.9520/2023 - GCMT/CFAMGE - Processo nº 1500.01.0194149/2023-91

Senhora Subsecretária,

Visando subsidiar a resposta da Seplag ao Ofício SEF/STE-SCCG nº. 113/2023 (68023849), considerando a solicitação apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no Ofício Of.9520/2023 - GCMT/CFAMGE (67877517), encaminhamos as informações acerca do atendimento à determinação 45, proposta no Balanço Geral do Estado do exercício de 2020 (Processo 1101512), abaixo transcrita:

45. determinar que, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação do parecer prévio informe esta Corte de Contas sobre as medidas que pretende adotar, indicando os respectivos prazos para implementar o piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica;

Em relação ao tema que constitui o objeto da determinação supracitada, informamos que foi encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 30/05/2023, o [Projeto de Lei nº 822/2023](#), de autoria do Governador do Estado, que visa assegurar aos profissionais da educação básica do Poder Executivo, mediante concessão de reajuste de 12,84%, o direito ao recebimento de vencimento em conformidade com o valor atual do piso salarial nacional do magistério, observada a proporcionalidade em relação à carga horária de trabalho. O reajuste proposto será retroativo a janeiro de 2023.

Esclarecemos que a proporcionalidade para o pagamento do piso nacional está prevista no §3º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 2008 e o entendimento quanto ao referido critério para implementação do piso também é endossado pelo Ministério Público e por julgamentos do TJMG. Em Minas Gerais, a carga horária dos professores de educação básica é de 24 horas semanais e o piso foi estabelecido em âmbito nacional para uma carga horária semanal de 40 horas.

O valor inicial da tabela de vencimento básico da carreira de Professor de Educação Básica (PEB) atualmente é de R\$2.350,49. Com a concessão de reajuste de 12,84%, o valor inicial da tabela do PEB será equiparado ao piso nacional vigente em 2023, que, considerando a proporcionalidade em relação à carga horária de 24 horas semanais, é de R\$ 2.652,22.

Observando as diretrizes da política remuneratória adotadas para os profissionais da Educação Básica, que pressupõem tratamento isonômico para concessão de reajustes, o projeto de Lei prevê a aplicação desse

mesmo índice de 12,84% às demais carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293/2004, aos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e Secretário de Escola e às gratificações de função de Vice-Diretor de Escola, Coordenador de Escola e Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon.

Atenciosamente,

Luciana Meireles Ribeiro

Diretora Central de Cargos, Carreiras e Remuneração



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Meireles Ribeiro, Diretor (a)**, em 21/06/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68160272** e o código CRC **D6F34248**.

Referência: Processo nº 1500.01.0194149/2023-91

SEI nº 68160272